

AduSP

INFORMATIVO

Assembléia aprova acordo para pagamento da ação do Gatilho

Reunida no dia 7/4, a Assembleia Geral da Adusp aprovou a proposta de acordo na ação do Gatilho negociada com a Reitoria da USP na última terça-feira, 5/4 (veja www.adusp.org.br). A proposta aprovada partiu de uma reunião ocorrida em 31/3/2011 entre membros da Consultoria Jurídica da USP e os advogados que representam a Adusp.

Ao analisá-la, a diretoria da Adusp considerou que ela representava um avanço em relação às propostas anteriores. Tratava-se de acordo — e não de precatório; incorporava nosso método de cálculo também para o mês de dezembro; reduzia o deságio à metade, apesar de congelar os juros legais entre dezembro de 2010 e abril de 2011. Na prática, isso representa um “deságio” de 5,75% no montante a ser pago pela Reitoria.

A diretoria decidiu posicionar-se favoravelmente à pro-

posta e essa deliberação foi encaminhada pelo GT Gatilho à reunião de negociação com o vice-reitor, professor Hélio Nogueira da Cruz.

Os avanços obtidos desde dezembro foram muitos: a redução do deságio; a contabilização dos reajustes de carreira ocorridos em 1987; a consideração, para efeito de cálculo do montante a ser recebido pelos beneficiários, da incidência de gatilho sobre as indenizações recebidas naquele ano. Todo esse processo demandou muitas horas de negociação e de trabalho, para que pudéssemos efetuar os cálculos com a maior precisão possível, sempre visando a defesa dos direitos dos beneficiários e a correção de erros detectados, fundamental para a preservação do erário público.

Compromisso

Você deve estar se perguntando: ótimo, temos o acordo, finalmente; mas quando receberemos? Vamos lá: firma-



A aprovação foi unânime

do o acordo, encaminharemos uma petição conjunta ao juiz, a quem cabe a sua homologação (ou não!!!). O compromisso da Reitoria é de efetuar o depósito judicial em até 15 dias úteis após ser firmado o acordo. Em seguida à homologação do juiz, nossos advogados deverão requerer a liberação para a Adusp do montante depositado pela Rei-

toria e, só então, poderemos dar início aos pagamentos. A expectativa dos nossos advogados é que esse processo não se encerrará antes do final de maio e, mais uma vez, precisaremos contar com a calma dos colegas.

Realizaremos em maio uma nova assembleia, na qual informaremos os beneficiários acerca dos prazos pa-

ra que o pagamento possa ser efetivamente realizado, dos descontos que serão efetuados sobre o valor a que cada um faz jus, e dos procedimentos a serem adotados em caso de erros que porventura tenham sido cometidos. Continuaremos empenhados em cumprir esta etapa final o mais rapidamente possível.

Consideramos que o acordo aprovado representa uma vitória importante da entidade e de seus associados na luta pelos direitos da categoria. O momento é de satisfação para todos os envolvidos. No entanto, não podemos nos esquecer de que levamos mais de 20 anos para conseguir fazer valer um direito. Devemos ainda lembrar que o acordo se refere a apenas uma parte da ação que ganhamos: permanece em disputa a incorporação do reajuste de 32,96%. Mas cada coisa a seu tempo.

Campanha salarial, assembleia da Adusp e o reitor

A Assembleia Geral da Adusp de 7/4 aprovou a pauta unificada de reivindicações da campanha salarial deste ano, a ser discutida no Fórum das Seis, juntamente com as propostas das demais entidades. A pauta deverá ser entregue ao Cruesp até o próximo dia 15. Entre os diversos pontos aprovados, destacamos os relativos aos salários:

1. reposição salarial de 15% para docentes e funcionários, correspondente à inflação de

maio/2010 a abril/2011 + 9% para recuperar parte das perdas históricas;

2. pagamento de 6% para os funcionários visando a corrigir a diferença entre os reajustes concedidos a eles e aos docentes em 2010;

3. constituição de comissão Cruesp + Fórum das Seis para estabelecer reajustes que diminuam a razão entre os menores e maiores salários pagos nas universidades, visando a atingir um piso sa-

larial equivalente ao salário mínimo do Dieese;

4. recomposição das perdas salariais de funcionários e docentes do Centro Paula Souza de acordo com índices do Cruesp do período 1996 a 2010.

Além desses, foram aprovados também vários outros pontos relativos à permanência estudantil/gratuidade ativa, ao financiamento das universidades e do Centro Paula Souza e aos hospitais universitários. Pautas específicas de

cada universidade, com destaque, no caso da USP, para a readmissão dos funcionários demitidos arbitrariamente e a liberdade de manifestação sindical e estudantil também foram decididas. O conjunto da pauta unificada encontra-se em www.adusp.org.br.

A assembleia também tratou da ação do gatilho, tema da matéria acima. Devemos destacar que, além da discussão e deliberação relativas a esses dois temas, houve diversas in-

tervenções críticas à gestão do reitor Rodas. Se na assembleia ocorrida em 22/3 colegas manifestaram-se indignados com a demissão autoritária de 270 funcionários na “calada da noite” de 5/1, na última assembleia foram acrescidas muitas outras críticas às ações do reitor nesse seu primeiro ano de gestão. Face a tais críticas, foi mencionada a possibilidade de realizarmos uma assembleia da Adusp tendo como ponto de pauta a gestão Rodas.

Estudantes e Adusp debatem curso da FIA

Daniel Garcia

O Centro Acadêmico Visconde de Cairu (CAVC), da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA-USP), promoveu em 30/3 um debate sobre o curso pago de Administração criado pela Fundação Instituto de Administração (FIA) e oferecido por intermédio da “Faculdade FIA de Administração e Negócios”. A primeira turma teve início em 2011 (*Informativo Adusp* 317). A Adusp participou do debate, fazendo-se representar por seu presidente, o professor João Zanetic. Também convidada, a FIA deixou de comparecer.

O professor James Wright, diretor educacional da FIA, afirma, em carta enviada aos alunos, que, embora inicialmente tivesse aceitado “de bom grado o convite”, mudou de ideia após ver afixados cartazes de outro evento, denominado “PornoGRAFIA”, também promovido pelo centro acadêmico. “Tal atitude é um desrespeito inaceitável”, protesta ele. “Desta forma, recuso-me a participar de um evento promovido pelo CAVC com este tipo de postura parcial e leviana”. A carta do professor Wright foi lida pelos alunos no início da atividade.

Na resposta à carta do professor, o CAVC explica que o evento “PornoGRAFIA” é um “espaço para o convívio e a integração dos estudantes” e que, se “seu título pode causar desconforto a alguns, isso se dá pelo nosso interesse em incentivar o debate e a livre-expressão de ideias, aproveitando-se de um fortuito e desprezioso trocadilho”. Acrescenta que “as notícias sobre a criação da graduação da FIA plantaram a desarmonia e propagaram a discórdia, no sentido aristotélico do termo, entre parte considerável do corpo discente”, e reitera o convite ao professor para debater o assunto.

Críticas

O presidente da Adusp (foto) fez uma exposição didática sobre a atuação das fundações privadas, as distorções que provocam (entre elas, os cursos pagos, em afronta ao artigo 206 da Constituição Federal) e apresentou as propostas da Adusp para combater a privatização do espaço público e os conflitos de interesses gerados pelas entidades ditas “de apoio”.

Os alunos fizeram severas críticas à qualidade do curso de Administração da própria FEA. Para eles, os docentes estão envolvidos nas atividades da fundação privada e relegam o curso da USP a um segundo plano. “O curso é muito ruim, e a maioria dos pro-

fessores é da FIA, isso não é apenas uma coincidência”, disse um dos estudantes. Referindo-se ao curso oferecido na FEA, outro estudante expressou uma crítica contundente: “Na faculdade pública o aluno não tem opção de enviar seu curso para administração pública”. Um terceiro completou: “Não temos nem optativas que mostrem o lado público da administração”, e comentou o desempenho inicial do primeiro vestibular do curso de graduação da FIA: “Foi um fracasso, só 50% das vagas foram ocupadas”.

Várias intervenções do plenário demonstraram insatisfação quanto à situação atual na FEA. “Não podemos pedir sala para estudar. É uma coi-



sa muito estranha. As fundações fazem uma boa estrutura, mas não dá para estudar!” comentou uma aluna. A falta de liberdade foi abordada por vários estudantes. “Tudo precisa de ofício para a diretoria. Temos problemas com os cartazes da ‘PornoGRAFIA’, que estão sendo arrancados

pelos seguranças da FEA”, relataram os diretores do centro acadêmico. “Os murais têm que ser livres. A visão de mundo hegemônica precisa ser questionada”, afirmou enfaticamente o professor Zanetic. “O que a gente está fazendo aqui é um ato de resistência”, frisou.

Mães da Escola de Aplicação exigem merenda escolar

O artigo 3º da lei 11.947, de 16/6/2009, define: “A alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado”. A Escola de Aplicação da Faculdade de Educação (FE-USP), porém, vinha sendo acusada de não oferecer merenda escolar aos seus alunos. Sendo pública, a Escola de Aplicação deveria seguir essa lei, mas somente escolas pertencentes à rede estadual e à rede municipal são amparadas pelo governo estadual nesse quesito, e a USP vinha se omitindo.

Descontente com a situação, a representante das mães da Escola de Aplicação, Maria Lucinéia de Almeida, conhecida como Néia, resolveu agir. “Eu percebi que a escola, diferentemente de todas as escolas públicas do país, não cumpria a lei 11.947, não oferecia merenda para as crianças. Aí conversei com pais e mães e entreguei em agosto de 2010

um processo para a Reitoria. Ficamos aguardando a resposta”, relata.

Após reunião realizada entre a diretora da FE, professora Lisete Arelaro, e pais de alunos, em dezembro de 2010, a Reitoria prometeu que construiria um refeitório na escola. No entanto, a representante das mães comenta com insatisfação o desleixo da administração pelo assunto: “A Reitoria já deveria ter construído o refeitório, afinal, está construindo e comprando prédios a torto e a direito, e a alimentação das crianças, que tem caráter de urgência, ainda não foi atendida”.

Coseas ajuda

A diretora da Escola de Aplicação, professora Patrícia Martins Penna, assume que a escola nunca teve instalação adequada para produzir merenda. “Não estamos cumprindo a lei que fala sobre programa de ali-

mentação escolar. Essa reivindicação é legítima. Quando a Néia começou o abaixo-assinado a escola acalhou. Pensamos se seria possível oferecer merenda”, conta. A partir de então a FE e a escola começaram a lutar pelo fornecimento de refeições para os alunos e, para isso, vêm contando com a ajuda da Coordenadoria de Assistência Social da USP (Coseas).

No dia 2/8/2010, a Coseas enviou à faculdade o Ofício GC/0391, respondendo à solicitação da diretora por fornecimento de refeições aos alunos da Escola de Aplicação segundo os moldes definidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Assinado pelo coordenador do Coseas, professor Waldyr Antonio Jorge, o documento informa que foi criada uma comissão mista composta por nutricionistas, para elaboração de um “Anteprojeto de Implantação de

Refeições na Escola de Aplicação”. Dado esse primeiro passo, a FE solicitou à Coordenadoria do Espaço Físico (Coesf) um plano de adequação de seu espaço, com vistas à construção do refeitório na Escola de Aplicação.

Em dezembro de 2010 a Coesf enviou engenheiros para visitar o local, mas só em 7/4/2011 encaminhou à direção da escola uma proposta de adequação do espaço físico. Além disso, agendou uma reunião entre a direção da FE, a direção da escola e os engenheiros do projeto para tratar do assunto no dia 18/4. Apesar de saber que há muita burocracia para a aprovação final do projeto, Patrícia se mostra otimista. “O movimento da Néia, como representante, foi acolhido tanto pela escola quanto pela faculdade e estamos na fase de efetivar a readaptação do espaço para a construção do refeitório”.

Docentes MS-3 da EACH defendem curso de Obstetrícia

Porém, parte da categoria aprova corte de vagas sugerido pelo GT Melfi

Em duas reuniões consecutivas, realizadas nos dias 29/3 e 5/4, os professores doutores (MS-3) da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH-USP) decidiram defender, no âmbito da Comissão Central daquela unidade, a manutenção do curso de Obstetrícia, rechaçando, desta forma, a recomendação do relatório final do chamado GT Melfi de fechar o curso, que seria incorporado pela Escola de Enfermagem (*Informativo Adusp* 322). Participaram das reuniões mais de 50 docentes.

O consenso no tocante à Obstetrícia não se repetiu, porém, na discussão sobre a proposta de redução de vagas dos cursos da EACH, realizada na reunião de 5/4. Os professores estão divididos no tocante ao assunto: seis cursos defendem a redução de vagas, ao passo que os outros quatro e também o Ciclo Básico são contrários ao corte. Contudo, há um consenso de que outra saída ha-

veria se essa unidade, a mais nova da USP, recebesse mais atenção. O pano de fundo da discussão: a EACH continua contando com insuficiente número de professores, o que resulta em sobrecarga do quadro atual, com grande número de alunos por turma. Até mesmo as salas não comportam a totalidade de alunos das turmas que, dada a situação usual de repetências, não raro ultrapassam 75 estudantes.

Por fim, a reunião dos MS-3 decidiu levar à Comissão de Graduação da unidade a posição de que deve caber a cada curso a decisão final sobre cortar ou não vagas das suas turmas. Nova reunião será realizada nos próximos dias. Entre os pontos de pauta, a escolha de uma comissão de docentes que fará a mediação com a Assembléia Legislativa. Na véspera da última reunião, estiveram na EACH os deputados petistas Adriano Diogo, Simão Pedro e Alencar Santana, que foram recebidos pela dire-

ção da unidade e depois reuniram-se com professores e estudantes.

“Não à redução”

“Somos reféns de uma situação”, declarou a coordenadora do curso de Obstetrícia, Nádia Narch, aos seus colegas MS-3. Ela destacou que, embora o curso precise de docentes e, “principalmente, de funcionários especializados para acompanhar os estágios”, seus professores decidiram “dizer não à redução de vagas”. Esse também foi o caso do curso de Gestão de Políticas Públicas (GPP): “O problema não é termos muitas vagas, é não termos professores suficientes. Cortar vagas é um tiro no pé da Escola. O GPP se põe contrário a qualquer corte”, enfatizou o professor Alessandro Silva. A EACH dispõe, segundo ele, de verba ociosa de R\$ 8 milhões: “A contratação de mais professores viabilizaria, por exemplo, a criação de turmas noturnas no nosso curso”. Pelos

relatos dos docentes, os alunos de cursos que se pronunciaram a favor da redução são majoritariamente contrários a tal iniciativa, mesmo nas condições atuais, mas têm propostas de divisão de turmas pela introdução de mais um período de atendimento.

Os representantes dos cursos favoráveis à redução do número de vagas oferecidas argumentaram que as turmas estão demasiadamente numerosas, mas que há evasão nos semestres mais adiantados. “Quero formar bons alunos. Temos que dar um freio de arumação na EACH”, disse o professor Marcos Chaim, de Sistemas de Informação. O professor Luis Beduschi, de Gestão Ambiental, informou que este curso decidiu “sugerir responsabilmente” a redução das turmas, de 60 alunos para 40. “Tenho sala com 89 alunos”, exemplificou.

“As turmas estão muito grandes e não temos laboratórios, precisamos levar os alunos para a FEI e o Senai”,

explicou a professora Regina Sanches, de Têxtil e Moda. O curso tem apenas 14 docentes, mas precisaria duplicar o quadro. “O maior problema do nosso curso é que não há professores doutores na nossa área. O corte de vagas foi unanimidade entre os docentes”, informou a professora Cláudia Vicentini.

O professor João Zanetic, presidente da Adusp, manifestou-se ao final da reunião. “A USP tem evasão em todos os cursos e esse é um fenômeno natural na Educação Superior”, afirmou. “A Zona Leste da capital foi diagnosticada, há décadas, como desprovida de qualquer curso superior público”. Ele lembrou que o governo estadual descumpra a Constituição Estadual, que determina a expansão das universidades públicas nas regiões periféricas. “Vou na linha de que é um tiro no pé reduzir as vagas. Temos que defender aumento de vagas, especialmente aqui”.

USP nega ameaça à E.E. Clorinda Danti

Na audiência pública sobre a USP, realizada em 26/4 na Assembléia Legislativa, surgiu a denúncia de que a Escola Estadual Clorinda Danti, localizada em terreno do campus central da USP, ao lado da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ), estaria ameaçada de fechamento. Givanildo Oliveira Santos, coordenador da Associação dos Moradores do Jardim São Remo, favela localizada no entorno da escola, protocolou ofício na Coordenação do Espaço Físico da USP (Coesf) pedindo explicações. Tanto a Coesf quanto a direção da escola, porém, negam que isso vá acontecer.

Alguns pais teriam procura-

do Santos, em razão de comentários que circularam na escola sobre a possível retirada do local onde ela hoje se encontra, em decorrência do projeto de construção do Centro de Convenções, em gestação na Reitoria da USP. A informação era de que a obra invadiria uma parte do terreno da escola.

“Nós estamos muito preocupados porque nossos filhos estudam lá. Só da São Remo deve ter umas 450 crianças. É a única escola mais próxima em que nós temos da primeira à quarta série”, diz o coordenador da Associação dos Moradores. Ele também ressalta o risco que representaria para a segurança das

crianças a construção do Centro de Convenções, já que o projeto inclui a abertura de um sistema viário.

Coesf responde

A diretora da escola, Rosana Osso de Miranda, afirma que, apesar de ter ouvido comentários de algumas mães sobre o tema, a informação nunca foi comprovada. “Moradores da São Remo me mandaram ofício sobre esse assunto, mas não recebi nada por parte da Secretaria de Educação, da Diretoria de Ensino e muito menos do reitor. Meu superior me diz que não há ameaça. Eu vou procurar o reitor? Para quê?”, questionou.

O titular da Coordenação do Espaço Físico da USP (Coesf), professor Antonio Marcos de Aguirra Massola, respondeu ao ofício de Givanildo Santos, em 28/3, negando a retirada da escola: “cumpre-nos esclarecer que o empreendimento da Universidade de São Paulo denominado ‘Centro de Convenções’ não interferirá de nenhum modo com as atuais instalações da Escola Estadual Clorinda Danti. Para melhor elucidação, encaminhamos o desenho de implantação anexo, onde a localização da Escola aparece com sua configuração totalmente preservada”.

Paralisação afeta limpeza no campus

Em 7/4 iniciou-se uma paralisação do setor terceirizado de limpeza na USP. A não realização do trabalho de faxina por funcionários da empresa *União* foi logo notada pela assistente administrativa Enza Matteis, do Instituto de Física, que recebeu da Reitoria a informação de que o problema ocorria em todas as unidades do campus.

A paralisação começou por conta de atraso dos salários dos funcionários terceirizados. A terceirização é fonte de problemas administrativos e financeiros (*Revista Adusp* 46). Voltaremos a esse assunto.

PM no *campus* de Ribeirão Preto? Não é melhor reforçar a Guarda?

Na última reunião do Conselho Gestor do *Campus* de Ribeirão Preto, o coordenador, professor José Moacir Marin, trouxe para discussão um assunto que sempre o preocupou: a segurança no *campus*. Nas últimas semanas, um surto de furtos de veículos possibilitou ao coordenador, e à comissão *ad hoc* que trata de segurança no *campus*, o momento para reafirmar que seria conveniente reforçar a presença de Polícia Militar na área.

O coordenador admitiu, na ocasião, que a falta de segurança no *campus* tem como causa principal a terceirização do sistema de vigilância, já que as empresas de segurança não cumprem adequadamente os contratos. Ademais, destacou a fragilidade da Guarda Universitária, em decorrência da terceirização, já que o contingente é pequeno e controla apenas a entrada e a saída de veículos. Na visão do professor Marin, em um *campus* que não é totalmente

cercado e que possui grande circulação de pessoas, seria conveniente que a PM fizesse um número maior de rondas por dia.

Segundo ele, a PM há muito tempo vem solicitando uma área no limite do terreno pertencente à USP para a construção de um espaço físico capaz de receber um batalhão. Esta base da PM teria seu portão voltado para a Avenida Lucas Nogueira Garcez, sem qualquer entrada direta para o *campus*. Contudo, o Informativo Adusp constatou que a área solicitada é próxima ao novo restaurante (RU) e não é cercada.

Problemas

“Os problemas de segurança que afetam o *campus* de Ribeirão Preto são os mesmos que afetam os demais *campi* e as respectivas cidades, com mais roubos e furtos de veículos e a pessoas. Têm sido cobradas da Coordenação providências, em função dos recentes aconteci-

mentos envolvendo a segurança do *campus*. Por meio de mensagens no ‘Fale Conosco’, diversos alunos, docentes e funcionários têm solicitado um policiamento mais intenso”, declarou o professor Marin ao *Informativo Adusp*.

O professor Marin relatou que já havia submetido à Reitoria, no início da atual gestão, a solicitação da PM, porém recebera uma negativa peremptória, atribuída à repercussão negativa da invasão do *campus* do Butantã em junho de 2009. Por isso, o coordenador está solicitando o apoio das congregações do *campus* à sua proposta. As congregações deverão tomar posição “quanto à instalação ou não de uma base da PM nas imediações da USP, com a finalidade de agilizar e melhorar os atendimentos das ocorrências”. Caso aprovada pela maioria das congregações, “a matéria deverá ser objeto de pauta do Conselho Gestor” em 4/5.

Outra solução

A reportagem indagou ao coordenador do *campus* se a ampliação do contingente da Guarda Universitária, e o fim da terceirização, não seriam soluções mais adequadas para os problemas de segurança do *campus* do que a instalação de uma base da PM. “A ampliação do contingente já foi solicitada em função da expansão do *campus*. No entanto, esclarecemos que os agentes da Guarda Universitária são guardas patrimoniais, não são armados e não têm poder de polícia. Apenas a PM pode exercer o papel de polícia”. Quanto ao fim da terceirização, segundo o professor Marin não há como afirmar “se sua extinção aumentaria ou diminuiria o número de ocorrências de furtos e assaltos”.

O professor Gustavo Assed Ferreira, da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto e membro do Conselho Gestor, declarou ao *Informativo Adusp* que a falta de seguran-

ça no *campus* é real, mas vê com reservas a proposta do professor Marin: “O *campus*, notadamente no período da noite, é perigoso e o número de ocorrências se acumula. Por outro lado, ao franquear parcialmente a segurança do *campus* à PM, mais uma vez a USP deixa de discutir o problema principal no caso, que é a terceirização”.

Ademais, prossegue o professor Ferreira, que também integra o Conselho de Representantes da Adusp, “permitir a presença da PM, com um batalhão inteiro, localizado em uma área com forte presença de alunos, como é o caso do RU, pode ser um convite ao confronto em determinados momentos de livre exercício do direito de reunião”.

No dia 11/4, ocorrerá uma reunião do Conselhinho Regional da Adusp em Ribeirão Preto, com a participação da APG Ribeirão Preto e do Sintusp, para tratar da proposta de instalação da PM no *campus*.

Lucia Mindlin Loeb



Amélia Império Hamburger (1932-2011)

Intelectual ousada, mulher pioneira, física e poeta, professora e aluna, forte e delicada, Amélia Império Hamburger, professora do Instituto de Física, ex-diretora da Adusp, nos deixou em 1/4/2011. Amélia nunca parou de lutar por suas convicções, mesmo em tempos adversos. Mulher corajosa, não vacilou e não perdeu as esperanças. O mundo perdeu uma voz importante!

CARTA

Em defesa da professora Maria Lúcia Vieira (Esalq)

“Li com interesse a matéria sobre a eleição da vice-diretoria da Esalq. Por razões de trabalho, conheço de longa data alguns docentes daquela unidade, entre eles a professora Maria Lúcia Carneiro Vieira, diretamente envolvida no episódio.

Nesta manifestação pretendo apenas atestar a integridade profissional da doutora Maria Lúcia, que sempre se pautou pelo rigor técnico, eficiência e equilíbrio em sua atuação dentro da USP ou, como sua representante, em instituições governamentais. Desse modo, tem dedicado boa parte do seu tempo na Esalq a atividades técnico-administrativas: foi coordenadora de Programa de Pós-Graduação com conceito máximo da Capes, presidente de CPG, coordenadora de acordos de dupla diplomação com escolas francesas de engenharia agrônômica e, recentemente, chefe de departamento. Na USP, coordenou o PAE; em órgãos ministeriais, participa de comissões técnicas de alta responsabilidade; enfim, uma carreira que dignifica sua unidade e nossa instituição.”

Flavio Finardi Filho

Professor associado da FCF-USP